



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PLANTAS MEDICIAIS E**
2 **FITOTERÁPICOS (CNPMF)**

3 Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às 9h, realizou-se, presencialmente, no SCS
4 Edifício Parque Cidade Corporate, Quadra 9, Torre C, Sala 1105, Brasília/DF no auditório do CONASS,
5 com continuidade no dia nove de abril de dois mil e vinte e seis, a 2ª Reunião Ordinária do Comitê
6 Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (CNPMF), sob coordenação do Ministério da Saúde,
7 com apoio administrativo, organizacional e de articulação da Secretaria-Executiva do Comitê, exercida
8 pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (SCTIE/MS). Estavam presentes os
9 representantes: Sr. Abrahão Nunes da Silva (Conselho Nacional de Saúde - CNS), Sra. Ana Cecília
10 Bezerra Carvalho (Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa), Sra. Ana Cláudia Rauber
11 (Agricultura Familiar), Sra. Ana Claudia Dias de Oliveira (Setor Industrial Farmacêutico), Sra. Ana Luiza
12 Arraes de Alencar Assis (Ministério do Meio Ambiente - MMA), Sra. Ana Maria Soares Pereira
13 (Farmácias Vivas), Sr. Carlos Alexandre Carollo (Bioma Pantanal), Sra. Elaine Cruz Rosa (Fundação
14 Oswaldo Cruz - Fiocruz), Sra. Heloisa Cronemberger de Araujo Goés (Ministério do Desenvolvimento,
15 Indústria, Comércio e Serviços - MDIC), Sra. Isabela Allende de Silva e Lima (Setor de Inovações), Sr.
16 João Henrique Vogado Abrahão (Gestor Estadual de Saúde - CONASS), Sra. Juliana Antônia Ferreira
17 Fernandes (Bioma Mata Atlântica), Sra. Laila Simaan (Ministério do Desenvolvimento e Assistência
18 Social, Família e Combate à Fome - MDS), Sra. Laura Diaz Ramirez Omotosho (Ministério do
19 Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA), Sra. Lucely Moraes Pio (Bioma Cerrado), Sra.
20 Mabel Francisca Fernandes de Almeida (Bioma Amazônia), Sr. Marciano Toledo da Silva (Bioma
21 Pampa), Sr. Matheus Miranda de Ávila (Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA), Sr. Nélio Cezar
22 Aquino (Ministério da Saúde - MS), Sra. Nerilene da Silva Nery (Gestor Municipal de Saúde -
23 CONASEMS), Sr. Nilton Luz Netto Junior (Conselho Federal de Farmácia - CFF), Sra. Tatiana Soares
24 Peixoto (Povos e Comunidades Tradicionais), Sr. Thiago de Mello Moraes (Ministério da Ciência,
25 Tecnologia e Inovação - MCTI), Sra. Vanderlan da Silva Bolzani (Setor de pesquisa, desenvolvimento
26 científico e tecnológico). Estavam como convidados: Sr. Daniel Miele Amado (Secretaria de Atenção
27 Primária à Saúde - SAPS/MS) e Sra. Islândia Maria Carvalho de Sousa (Observatório Nacional de Saberes
28 Tradicionais e Práticas Integrativas e Complementares - ObservaPICS/Fiocruz/PE). Estava como
29 ouvinte: Sr. Lucas Junqueira de Freitas Morel (Universidade de Brasília - UnB). Estavam como apoio da
30 Secretaria-Executiva (SE) do Comitê: Sra. Ana Paula de Oliveira Barbosa, Sra. Ellen Tanus Rangel, Sra.
31 Eidy de Brito Farias, Sra. Micaelle França, Sra. Priscila Gritten Sieben, Sra. Karinna Moura Boaviagem,
32 Sra. Luciane Regina Matias Rosa, Sra. Renata Paula Coppini de Almeida e Sr. Victor Carlos Doneida. A
33 condução dos trabalhos coube ao Sr. Victor Carlos Doneida, do Ministério da Saúde, que
34 cumprimentou os presentes e agradeceu ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) pela
35 disponibilização do espaço. Na abertura, registraram-se atualizações na composição do Comitê, com a
36 apresentação do Sr. Nélio de Aquino, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos
37 Estratégicos, representante do Ministério da Saúde, e da Sra. Karinna Moura Boaviagem,
38 Coordenadora-geral da Assistência Farmacêutica Básica. Também foram mencionadas atualizações de
39 representação no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com a Sra.
40 Laura Diaz Ramirez Omotosho, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
41 (MDIC), com a Sra. Heloisa Cronemberger de Araujo Goés, e em organização vinculada ao setor
42 industrial, com a Sra. Gislaïne Gutierrez. Foram consignadas as ausências justificadas da Sra. Maria
43 Eunice de Jesus, representante do Bioma Caatinga, e da Sra. Marília Ribeiro de Souza Krahô,



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

44 representante do Ministério dos Povos Indígenas. Em seguida, foram apresentados informes
45 institucionais, com destaque para a disponibilização e atualização, no sítio eletrônico do Ministério da
46 Saúde, das informações relativas à Política e ao Programa Nacional de Plantas Medicinais e
47 Fitoterápicos, incluindo composição, pautas, atas, capacitações e demais conteúdos referentes ao
48 CNPMF. Registraram-se, ainda, cumprimentos institucionais à Comissão Nacional de Bioeconomia pela
49 consolidação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia, ressaltando-se a relevância da
50 valorização da biodiversidade, do uso sustentável dos ativos naturais e do fortalecimento da
51 capacidade nacional de produção de insumos de origem biológica vinculados à saúde, ao bem-estar e
52 às cadeias produtivas estratégicas. Passou-se à apreciação da pauta previamente encaminhada. Foram
53 apresentadas sugestões de ajustes, como a inclusão de informes adicionais, o remanejamento de itens,
54 a reorganização da apreciação do Plano de Trabalho e a realocação da apresentação do MDIC para
55 momento posterior. Após debate, propôs-se manter os itens iniciais, deslocar o item 2.5 para o final,
56 reordenar a apreciação dos subgrupos de trabalho e ajustar a sequência das apresentações
57 institucionais. Submetida ao Plenário, a pauta foi aprovada por unanimidade, sem votos contrários ou
58 abstenções. Na sequência, passou-se à apreciação da ata da 1ª Reunião Extraordinária do CNPMF; não
59 havendo manifestações, a ata foi submetida à votação e aprovada por unanimidade. Dando início à
60 ordem do dia, no item 2.1, relativo às ações do Ministério da Saúde relacionadas à implementação dos
61 Centros de Referência em Plantas Medicinais e Fitoterápicos e às contribuições dessas ações para o
62 Programa Nacional, foi convidada a Sra. Islândia Maria Carvalho de Sousa, Coordenadora Executiva do
63 Observatório Nacional de Saberes Tradicionais e Práticas Integrativas e Complementares
64 (ObservaPICS/Fiocruz). A expositora apresentou diagnóstico sobre a implementação da política,
65 destacando fragilidades na execução das Farmácias Vivas, problemas de governança e
66 descontinuidade, necessidade de fortalecimento da articulação federativa e proposta de estruturação
67 em rede de Centros de Referência, em substituição a modelo centralizado. Foram apresentados dados
68 de diagnóstico nacional, estratégias de apoio técnico, científico e institucional, experiências em
69 territórios-piloto e lançamento de plataforma participativa sobre fitoterapia no SUS. Aberto o debate,
70 foram registradas manifestações sobre a integração com centros de pesquisa e universidades, a
71 articulação com iniciativas já existentes, a valorização dos saberes tradicionais, a necessidade de
72 considerar experiências consolidadas, como as do Ceará e do Rio Grande do Sul, e a importância de
73 maior participação dos estados na estruturação das ações. Também foram discutidos desafios de
74 financiamento, adequação regulatória, acesso de povos indígenas e comunidades tradicionais,
75 definição conceitual de Farmácia Viva, níveis de complexidade dos Centros de Referência, inclusão de
76 pontos focais de conhecimento tradicional associado e fortalecimento da governança federativa. A
77 expositora reforçou que a estruturação em rede deve ser construída de forma gradual, adaptada às
78 realidades regionais e em diálogo com os territórios, observando especificidades culturais, regulatórias
79 e institucionais. Como encaminhamentos do item 2.1, pactuou-se: solicitar ao Observatório e ao
80 Ministério da Saúde que considerem os diagnósticos da EMBRAPPII na composição dos Centros de
81 Referência; incluir ponto focal de conhecimento tradicional associado (CTA) nesses centros; solicitar
82 ao Conselho Nacional de Saúde a inclusão da pauta sobre Centros de Referência; incluir, na próxima
83 reunião, discussão conceitual sobre Farmácia Viva, com apresentação da Profa. Ana Maria Soares
84 Pereira; dar visibilidade aos relatórios e materiais do Observatório aos membros do Comitê; e pautar
85 os subgrupos de trabalho, especialmente o relacionado a conhecimento tradicional, para tratar dos
86 produtos da sociobiodiversidade. Submetidos à votação, os encaminhamentos foram aprovados por
87 unanimidade. Na sequência, tratou-se do item 2.2, relativo às ações do Ministério da Saúde voltadas



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

88 à capacitação em plantas medicinais e fitoterápicos no SUS. O Sr. Daniel Amado contextualizou a
89 integração entre as políticas de plantas medicinais e práticas integrativas e complementares, as
90 diretrizes internacionais da Organização Mundial da Saúde, os desafios regulatórios e a necessidade
91 de articulação entre diferentes políticas públicas. A Sra. Ana Paula de Oliveira Barbosa apresentou a
92 Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, instituída em 2006, e o Programa Nacional, de
93 2008, estruturado em 17 diretrizes, 69 subdiretrizes e 436 ações, destacando iniciativas de formação
94 de profissionais do SUS e apoio a centros de capacitação técnica e científica. Foram apresentadas as
95 principais capacitações em andamento, incluindo o curso “Harmonizando conceitos”, o curso
96 “Atualização em Fitoterapia: aspectos farmacêuticos e fitoquímicos, o curso “Atualização em
97 Fitoterapia: aspectos clínicos e o curso presencial “Farmácia Viva: da semente ao paciente”, bem como
98 a necessidade de ampliar vagas, perfis profissionais e parcerias institucionais. Durante o debate do
99 item 2.2, foram abordadas a importância de incorporar conteúdos sobre patrimônio genético,
100 conhecimento tradicional associado, Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) e repartição
101 de benefícios nas formações; a necessidade de reconhecer parteiras, pajés, erveiras, benzedadeiras e
102 demais detentores de saberes tradicionais no debate sobre profissionais, práticas e produtos; a
103 importância de diálogo com o MEC e com conselhos profissionais; a necessidade de maior
104 transparência sobre o perfil dos concluintes; e o potencial de evidências de economia em saúde, a
105 exemplo de fitoterápicos como Passiflora, para subsidiar futuras discussões de incorporação e acesso.
106 Como encaminhamentos do item 2.2, pactuou-se: encaminhar as ementas dos cursos apresentados
107 ao MMA para colaboração quanto à inclusão de conteúdos sobre CTA, CGen e temas correlatos;
108 solicitar à representação do setor industrial a apresentação, na próxima reunião, de dados de
109 economia em saúde, especialmente sobre Passiflora; convidar a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI)
110 para apresentar ações transversais envolvendo medicinas indígenas no âmbito do Programa Nacional
111 de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; e solicitar às áreas responsáveis do Ministério da Saúde dados
112 demográficos dos concluintes das capacitações apresentadas, incluindo informações sobre atuação no
113 SUS. Submetidos à votação, os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. No item 2.3,
114 referente às ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no âmbito da
115 política e do Programa Nacional, a Sra. Laura Diaz Ramirez Omotosho apresentou levantamento de
116 iniciativas do MDA com interface com plantas medicinais, sociobiodiversidade, agricultura familiar,
117 povos e comunidades tradicionais e inclusão produtiva. Foram destacados programas de apoio ao
118 etnodesenvolvimento, agroindustrialização, assistência técnica e extensão rural, ações voltadas a
119 mulheres rurais, o Projeto Articulafito, acordos de cooperação e termos de execução relacionados ao
120 fortalecimento de cadeias de valor. Informou-se volume estimado de aproximadamente R\$ 33 milhões
121 em ações apresentadas, com ao menos R\$ 5,5 milhões diretamente vinculados a plantas medicinais,
122 além da perspectiva de criação do Programa de Estruturação Produtiva de Plantas Medicinais,
123 Aromáticas e Condimentares, voltado à organização de cadeias produtivas, valorização de saberes
124 tradicionais, geração de renda, bioeconomia e integração entre agricultura, saúde e meio ambiente.
125 No debate sobre o item 2.3, foram registradas contribuições sobre a necessidade de maior inclusão de
126 mulheres indígenas e comunidades tradicionais, adaptação dos programas às realidades territoriais,
127 simplificação de exigências burocráticas, detalhamento de beneficiários e critérios de acesso,
128 transparência de valores e links públicos, diagnóstico territorial e produtivo e correlação das ações
129 com as diretrizes e subdiretrizes do Programa Nacional. Também foi registrada a disponibilidade da
130 União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB) para contribuir com escuta qualificada
131 de mulheres indígenas. Como encaminhamentos do item 2.3, pactuou-se solicitar ao MDA dados



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

132 consolidados dos projetos apresentados, incluindo Articulafito, acordos com Banco do Brasil, termos
133 de execução descentralizada, quintais produtivos, Programa de Organização Produtiva e Econômica
134 de Mulheres Rurais, acordos com MDIC e Fiocruz e o Programa de Estruturação Produtiva, com
135 detalhamento de investimentos, ações orçamentárias, destinatários e beneficiários; solicitar os
136 critérios de acesso aos recursos dos programas, projetos e iniciativas em andamento no âmbito das
137 plantas medicinais e fitoterápicos; e correlacionar as ações, projetos e programas em andamento ou
138 já implementados às diretrizes do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
139 Submetidos à votação, os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. No item 2.4,
140 referente às ações da ANVISA no âmbito da política e do Programa Nacional, a Sra. Ana Cecília Bezerra
141 Carvalho apresentou a atuação da Agência na regulação de fitoterápicos industrializados, esclarecendo
142 que a ANVISA regula produtos e serviços, e não práticas, e que sua atuação está vinculada às
143 competências legais vigentes. Apontou como entraves a legislação brasileira, especialmente o Código
144 Penal, a Lei nº 5.991/1973 e a Lei nº 6.360/1976, que classificam produtos com indicação terapêutica
145 como medicamentos e exigem registro, comprovação de segurança, eficácia e qualidade, produção
146 em estabelecimentos autorizados e cumprimento de requisitos sanitários específicos. Esclareceu que
147 o conceito regulatório de “produto tradicional” se refere a produtos industrializados baseados em
148 literatura científica e histórico de uso, distinto do uso tradicional de povos e comunidades, e indicou
149 que a regulamentação da venda livre por povos tradicionais, prevista no âmbito da Lei nº 13.123/2015
150 e de seu regulamento, gerou impasse jurídico por ausência de base legal adequada nos moldes atuais.
151 No debate, foram discutidas possibilidades de alteração legislativa ou infralegal, revisão de dispositivos
152 do decreto, criação de categoria específica para produtos tradicionais distinta de medicamentos,
153 definição de requisitos mínimos de qualidade, produção, uso e comercialização, eventual uso de
154 instrumentos como *sandbox* regulatório, necessidade de apoio jurídico especializado e análise de
155 experiências internacionais. Também foram destacadas dificuldades práticas enfrentadas nos
156 territórios, especialmente em relação à fiscalização sanitária, à linguagem das consultas públicas e à
157 segurança jurídica para comunidades tradicionais, agricultores familiares e pesquisadores. Ao final, Sr.
158 Victor reforçou que a regulamentação e a segurança jurídica constituem tema recorrente e
159 estruturante para o Comitê, exigindo consolidação de dados e subsídios técnicos antes da formulação
160 de recomendações formais. Como encaminhamentos do item 2.4, pactuou-se incluir o tema no Plano
161 de Trabalho dos subgrupos; aprofundar as orientações jurídicas sobre produtos tradicionais,
162 sociobiodiversidade e competências institucionais; e solicitar ao MMA a apresentação de análise
163 jurídica consolidada, com resultados de consultoria e diálogo com comunidades, para subsidiar
164 decisões futuras do Comitê. Os encaminhamentos foram submetidos à apreciação e aprovados sem
165 objeções. Na sequência, no item 2.5 (pauta ajustada), a Sra. Ana Luiza Arraes de Alencar Assis, do
166 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, apresentou projeto financiado pelo *Global*
167 *Environment Facility* (GEF) e implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
168 (PNUD), no período de 2018 a 2026, com orçamento de US\$ 5,7 milhões, voltado ao uso sustentável
169 da biodiversidade e ao fortalecimento de cadeias de valor de plantas medicinais, com base no
170 conhecimento tradicional e na repartição de benefícios. O projeto foi estruturado em quatro
171 componentes: fortalecimento de cadeias produtivas em quatro biomas; pesquisa e desenvolvimento,
172 incluindo apoio à produção de fitoterápicos com consentimento prévio informado; simplificação
173 normativa e capacitação de profissionais do SUS em fitoterapia; e gestão do conhecimento, com
174 produção de materiais, monitoramento e avaliação. Foram destacados resultados como aumento de
175 renda em comunidades, ampliação do conhecimento sobre legislação, produção de monografias para



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

176 a Farmacopeia Brasileira, capacitação de pesquisadores e profissionais de saúde e desenvolvimento
177 de diretrizes para futura regulamentação de produtos tradicionais. Após manifestações do Plenário,
178 foram pactuados como encaminhamentos do item 2.5: sistematizar as lições aprendidas do projeto
179 GEF, especialmente sobre consentimento prévio informado e repartição de benefícios; compartilhar o
180 relatório final do projeto, quando concluído, com análise vinculada às diretrizes do Programa Nacional
181 de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; e solicitar ao MMA dados demográficos dos participantes das
182 capacitações em acesso e repartição de benefícios. Os encaminhamentos foram submetidos à votação
183 e aprovados sem objeções. Ao final do primeiro dia, o Sr. Victor Doneida registrou o encerramento dos
184 trabalhos às 17h51 e convocou os participantes para retomada no dia seguinte, às 9h, ressaltando a
185 necessidade de quórum para início dos trabalhos.

186 Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às 9h17, iniciou-se o segundo dia da reunião,
187 com condução da Sra. Priscila Gritten Sieben, da Secretaria-Executiva. Estavam presentes os
188 representantes: Abrahão Nunes da Silva (Conselho Nacional de Saúde - CNS), Ana Cecília Bezerra
189 Carvalho (Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa), Ana Cláudia Rauber (Agricultura Familiar),
190 Ana Claudia Dias de Oliveira (Setor Industrial Farmacêutico), Ana Luiza Arraes de Alencar Assis
191 (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA), Ana Maria Soares Pereira (Farmácias
192 Vivas) Carlos Alexandre Carollo (Bioma Pantanal), Daniel César Nunes Cardoso (Ministério do
193 Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC), Elaine Cruz Rosa (Fundação Oswaldo Cruz -
194 Fiocruz), Heloisa Cronemberger de Araujo Goés (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio
195 e Serviços - MDIC), Isabela Allende de Silva e Lima (Setor de Inovações), João Henrique Vogado Abrahão
196 (Gestor Estadual de Saúde - CONASS), Juliana Antônica Ferreira Fernandes (Bioma Mata Atlântica) Laila
197 Simaan (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS), Laura
198 Diaz Ramirez Omotosho (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA), Lucely
199 Morais Pio (Bioma Cerrado), Mabel Francisca Fernandes de Almeida (Bioma Amazônia), Marciano
200 Toledo da Silva (Bioma Pampa), Matheus Miranda de Ávila (Ministério da Agricultura e Pecuária -
201 MAPA), Nerilene da Silva Nery (Gestor Municipal de Saúde - CONASEMS), Nilton Luz Netto Junior
202 (Conselho Federal de Farmácia - CFF), Tatiana Soares Peixoto (Povos e Comunidades Tradicionais),
203 Vanderlan da Silva Bolzani (Setor de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico), Vitarque
204 Lucas Paes Coelho, (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR). Estavam como
205 apoio da Secretaria-Executiva (SE) do Comitê: Sra. Ana Paula de Oliveira Barbosa, Sra. Ellen Tanus
206 Rangel, Sra. Micaelle França, Sra. Priscila Gritten Sieben, Sra. Luciane Regina Matias Rosa, Sra. Renata
207 Paula Coppini de Almeida e Sr. Victor Carlos Doneida. Sra. Priscila Sieben informou a reorganização da
208 pauta, conforme votação do dia anterior, informou sobre os ajustes de coordenação do Subgrupo de
209 Povos e Comunidades Tradicionais, citando a saída da Marília Pokwij Ribeiro de Sousa Krahô
210 (Ministério dos Povos Indígenas - MPI) e a substituição por Ana Luiza Arraes de Alencar Assis (MMA).
211 Foram citadas duas reuniões virtuais realizadas entre o período da 1ª reunião extraordinária e a 2ª
212 reunião ordinária, ambas ocorrendo para alinhamentos pontuais entre a SE do comitê e os
213 representantes. Na primeira reunião denominada "Diálogos Preparatórios", foram convidados todos
214 os representantes, com objetivo de conduzir uma fala de letramento sobre o papel do Comitê,
215 engajamento de todas as representações, e escuta ativa dos representantes. A segunda reunião foi
216 realizada somente com os coordenadores dos subgrupos de trabalho, de forma a explicar a 2ª
217 metodologia proposta pela SE para condução dos trabalhos dos subgrupos, considerada mais direta e
218 objetiva, os documentos referentes às duas reuniões foram devidamente encaminhados aos
219 representantes. Na sequência, foi explicada a metodologia de apresentação dos três subgrupos de



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

220 trabalho: Cadeias Produtivas e Sustentabilidade; Povos e Comunidades Tradicionais; e Políticas
221 Públicas e Regulação. Esclareceu-se que as apresentações teriam caráter de consolidação preliminar
222 das discussões e de subsídio à construção do Plano de Trabalho do Comitê. O Sr. Marciano Toledo da
223 Silva apresentou os principais pontos do Subgrupo de Cadeias Produtivas e Sustentabilidade,
224 destacando a insuficiência de infraestrutura e insumos, exigências sanitárias incompatíveis com a
225 realidade dos sistemas produtivos locais, necessidade de reconhecimento de procedimentos
226 produtivos tradicionais, dificuldades de inserção no mercado, desconhecimento dos consumidores e
227 carência de assistência técnica especializada. Ressaltou, ainda, desafios relacionados à organização
228 produtiva, acesso a políticas públicas, qualificação técnica, inclusão das mulheres, impactos climáticos
229 e integração entre ministérios e políticas públicas, registrando que o subgrupo se encontrava em fase
230 inicial de diagnóstico e construção coletiva. No debate subsequente, foram discutidos a baixa adesão
231 da classe médica à prescrição de fitoterápicos, a importância de estratégias de sensibilização e
232 comunicação, a necessidade de abordagem territorial e de rede de territórios, as limitações do
233 mercado nacional de fitoterápicos, a dependência de matérias-primas importadas, o estímulo à
234 nacionalização da produção de insumos, as restrições legais à regulamentação de pequenas produções
235 e associações, o descompasso entre a regulação industrial e a realidade dos povos e comunidades
236 tradicionais, e a importância de modelos normativos específicos, simplificados e diferenciados. A Sra.
237 Ana Luiza Arraes de Alencar Assis apresentou as discussões do Subgrupo de Povos e Comunidades
238 Tradicionais, destacando a realização de reuniões prévias e a necessidade de aprofundar propostas a
239 partir de dados acumulados da política. Foram mencionadas como linhas de ação a criação de marco
240 regulatório diferenciado para produtos tradicionais, desenvolvimento de protocolos interculturais e
241 boas práticas baseadas nos saberes tradicionais, fortalecimento da assistência técnica e extensão rural,
242 formação de jovens guardiões e apoio a pesquisadores comunitários, criação de editais específicos e
243 redes nacionais, inclusão de espécies tradicionais na Farmacopeia Brasileira, implantação de
244 laboratórios comunitários de controle de qualidade, mapeamento de práticas e territórios, inserção
245 de fitoterápicos tradicionais no SUS, fortalecimento de bancos de sementes, arranjos produtivos locais
246 e compras públicas, bem como garantia de repartição de benefícios e proteção dos conhecimentos
247 tradicionais. A Sra. Juliana Antônia Ferreira Fernandes informou que as principais discussões do
248 subgrupo haviam sido contempladas, com ajustes metodológicos em andamento. O Sr. Daniel César
249 Nunes Cardoso apresentou os resultados do Subgrupo de Políticas Públicas e Regulação, destacando
250 como premissa o foco no usuário e a análise conjunta de problemas e soluções. Foram apontadas a
251 necessidade de melhor comunicação sobre processos regulatórios, fortalecimento do ecossistema de
252 inovação, da segurança jurídica relacionada ao acesso ao conhecimento tradicional associado,
253 harmonização das normas sanitárias, fortalecimento de boas práticas agrícolas e certificação. Como
254 problemas temos a redução e concentração das indústrias de fitoterápicos, desregulação do mercado
255 informal, limitações de financiamento e infraestrutura, dificuldades na cadeia de suprimentos, riscos
256 decorrentes do uso de espécies nativas sem estratégias de conservação, fragilidade dos canais de
257 comunicação institucional, necessidade de incentivos fiscais e políticas de compras públicas, definição
258 de prioridades e promoção da equidade para comunidades tradicionais. Em razão do horário e da
259 necessidade de priorizar a consolidação dos subgrupos, registrou-se a suspensão da apresentação
260 específica do MDIC para momento oportuno, sem prejuízo da apresentação de informações pelo
261 representante do Ministério, no âmbito do Subgrupo de Políticas Públicas e Regulação. Na discussão
262 conjunta dos subgrupos, foram registradas contribuições sobre fortalecimento do financiamento
263 específico para IFAV, gargalos de escalonamento industrial, atualização da legislação de medicamentos



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

264 fitoterápicos pela RDC nº 1.004/2025, guias e documentos em consulta pública da ANVISA,
265 organização de portais nacionais sobre plantas medicinais e saberes tradicionais, com observância à
266 Lei Geral de Proteção de Dados, complexidade da incorporação de produtos tradicionais no SUS, riscos
267 de descaracterização do conhecimento tradicional, necessidade de priorização de pautas exequíveis e
268 apresentação futura de casos concretos apoiados pelos ministérios nos territórios. Como
269 encaminhamentos finais relativos aos subgrupos e à continuidade do Plano de Trabalho, pactuou-se:
270 elaborar minuta para consulta jurídica à ANVISA e ao MMA sobre produtos tradicionais e
271 sociobiodiversidade; solicitar formalmente parecer jurídico aos referidos órgãos; incluir
272 subcoordenadores nos subgrupos de trabalho; incorporar os temas “oportunidades” e
273 “responsabilidades” às discussões dos subgrupos; agendar apresentação do Ministério da Integração
274 e do Desenvolvimento Regional (MIDR); e solicitar informações ao MDIC, especialmente quanto às
275 ações relacionadas à política de plantas medicinais e fitoterápicos e às áreas competentes, para
276 organização do fluxo de informações. Submetidas ao Plenário, as propostas foram aprovadas por
277 unanimidade. Nos informes finais, a Secretaria-Executiva comunicou que irá disponibilizar os
278 documentos referentes ao comitê em plataforma compartilhada, informou a tramitação do Regimento
279 Interno no Ministério da Saúde e registrou a previsão de apresentação do Plano de Trabalho na
280 próxima reunião ordinária, prevista para 24 de junho, após a consolidação das discussões dos
281 subgrupos. A Sra. Vanderlan da Silva Bolzani divulgou evento da Sociedade Brasileira para o Progresso
282 da Ciência (SBPC) com mesa sobre fitoterápicos e destacou o Prêmio Carolina Bori. O Sr. Nilton Luz
283 Netto Junior convidou os participantes para o I Encontro dos Guardiões das Plantas Nativas, a ser
284 realizado em Tiradentes/MG, promovido pelo Instituto Cayapiá, em comemoração ao centenário da
285 Farmacopeia Brasileira. O Sr. Daniel César Nunes Cardoso informou a aprovação do Plano Nacional de
286 Desenvolvimento da Bioeconomia, com missão voltada à saúde e aos fitoterápicos, e mencionou a
287 existência de Frente Parlamentar relacionada ao tema, incentivando a ocupação desse espaço
288 institucional. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Victor Doneida realizou o encerramento da reunião,
289 destacando o comprometimento da Secretaria-Executiva, os desafios enfrentados na organização e a
290 construção coletiva do trabalho do Comitê. Ressaltou que o Plano de Trabalho deve refletir ações
291 concretas e viáveis, à luz das competências previstas ao Comitê, evitando caráter meramente
292 reivindicatório, e enfatizou a necessidade de alinhamento entre os membros, dentro das limitações
293 institucionais, com compromisso de contribuir efetivamente para o avanço da Política e do Programa
294 Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Agradeceu a participação de todos e registrou o
295 encerramento da 2ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos às
296 12h17 do dia nove de abril de dois mil e vinte e seis.